Segundo o <u>IBGE</u>, o Brasil é habitado por 305 povos indígenas, representando quase 900 mil indígenas no território nacional. Esse número já foi muito maior, visto que principalmente entre os anos de 1500 e 1970 a população indígena brasileira <u>decresceu</u> de maneira acentuada. Em grande parte isso ocorreu devido aos direitos indígenas serem ou inexistentes ou ineficazes na proteção desses povos durante esse período.

Atualmente, com a promulgação da <u>Constituição Federal de 1988</u>, os direitos indígenas são garantidos, prevendo o respeito aos povos indígenas e à sua organização social, cultural, língua, crenças e tradições.

Quando falamos sobre povos indígenas, estamos falando sobre os povos nativos da nossa terra, que habitavam o território nacional antes do processo de colonização europeia iniciar. Com a chegada dos colonizadores, no século XVI, esses povos nativos tiveram os seus recursos explorados e foram utilizados como mão de obra escrava em um processo civilizatório violento.

Os colonizadores viam os indígenas como povos primitivos e exóticos, que deveriam ser educados aos moldes da vida europeia. Assim, houve uma imposição cultural e uma dominação sobre esse grupo étnico-racial, que sofreu com a <u>escravidão</u> e a exploração por quase todo o período colonial (1500-1822) do país.

O fim da escravidão indígena no país ocorreu com o estabelecimento do Diretório dos Índios, que entrou em vigor em 1757 (diferente dos negros, que tiveram sua libertação formal decretada apenas em 1888). A lei determinava a liberdade dos indígenas em todo o território dominado por Portugal. Porém, continha contrapartidas, estabelecendo medidas específicas que visavam forçar a integração dos indígenas na vida da colônia, a partir do modelo de vida europeu.

Anos mais tarde, já no período imperial (1822-1889) do Brasil, foi estabelecido o Regulamento das Missões. A legislação previa ações e medidas para a fundação de aldeias indígenas e missões com o objetivo de catequizar e civilizar esses povos.

Os novos modos de lidar com os indígenas visavam, de maneira geral, forçar a sua inserção na sociedade colonial brasileira, por meio da negação de seus costumes e cultura, da ocupação das suas terras e da transformação dos seus povos em trabalhadores que pudessem servir ao Império. Nesse sentido, os indígenas não possuíam seus direitos fundamentais reconhecidos e eram vistos como ignorantes e ingênuos pelos europeus. E, por isso, precisavam ser catequizados e educados. Os indígenas no Brasil República

Em 1910, após a <u>proclamação da República</u> em 1889, foi instituído no país o Serviço de Proteção ao Índio. Tratava-se de um órgão público que foi importante porque marcou o início da responsabilização do Estado brasileiro com a questão indígena. Possuía como objetivo proteger a população indígena do país, por meio de políticas que ficaram conhecidas como políticas indigenistas.

Mais tarde, com a elaboração da <u>Constituição de 1934</u>, novos direitos indígenas foram previstos. Foi a primeira Constituição a reconhecer aos indígenas o respeito à posse das terras permanentemente ocupadas por eles. Assegurando que essas terras não poderiam ser alienadas, ou seja, transferidas, vendidas ou cedidas de qualquer forma.

Já durante a <u>ditadura militar</u> (1964-1985), novas adições aos direitos dos indígenas foram instituídas no país. A <u>Constituição de 1967</u> estabeleceu que as terras ocupadas por indígenas integravam o patrimônio da União. Sendo que apenas os indígenas que ocupavam a terra poderiam fazer uso dela, seja para habitar, plantar, colher, etc.

Foi também nesse período que o Serviço de Proteção ao Índio foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967. A Funai continua até hoje como o principal órgão indigenista responsável pela proteção dos povos indígenas e na promoção dos seus direitos em todo o território nacional.

Além disso, em 1973 foi elaborado e aprovado o <u>Estatuto do Índio</u>, representando o maior avanço nos direitos indígenas até então. O Estatuto foi a primeira lei a defender, logo em seu artigo 1º, a preservação da cultura das comunidades indígenas. No entanto, a lei também dispõe sobre o dever do <u>Estado</u> de integrar os indígenas à comunhão nacional.

Os direitos indígenas e a Constituição Federal de 1988

Esse respeito veio com a promulgação da <u>Constituição Federal de 1988</u>, que trouxe uma série de inovações ao tratamento da questão indígena no país. Foi a primeira Constituição do Brasil a dedicar um capítulo específico (<u>Capítulo VIII</u>) à proteção dos direitos indígenas. Uma das inovações foi justamente o rompimento com a tradição secular de compreender os indígenas como uma categoria social que deveria ser incorporada à comunhão nacional.

Com isso, fica garantido aos indígenas o seu direito de manter e preservar a sua própria cultura, costumes, língua, crenças e tradições. Outra inovação jurídica possibilitada pela Constituição foi o reconhecimento dos direitos indígenas sobre as suas terras como direitos originários. Ou seja, certifica o fato histórico de que o pertencimento das terras aos povos indígenas é anterior à criação do próprio Estado brasileiro, assumindo-os como os primeiros ocupantes do Brasil.

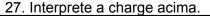
Além disso, a Constituição de 1988 garante aos indígenas a sua capacidade processual (capacidade de ser autor ou réu e exercer seus direitos em uma relação jurídica processual), por meio do <u>artigo 232</u>. O artigo expressa que comunidades e organizações indígenas são legítimas para entrar em juízo na defesa dos seus direitos. Isso significa que os indígenas podem processar judicialmente qualquer pessoa ou ente, inclusive o próprio Estado brasileiro.

Foi o que ocorreu, por exemplo, em 2003, quando o grupo indígena Panará, no Mato Grosso, ganhou uma ação judicial contra o Estado. Este foi condenado a pagar uma indenização milionária pelos danos que causou ao forçar os Panarás a se deslocarem de suas terras para a construção da rodovia BR-163, na década de 1970.

No mais, a Constituição garante todos os direitos fundamentais aos povos indígenas, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à liberdade, à igualdade, aos direitos sociais, entre outros. Importante destacar que essas conquistas foram fruto da luta do Movimento Indígena do Brasil, que teve um papel fundamental na elaboração e redação do texto constituinte referente aos direitos indígenas.

- 1. Segundo o IBGE, quantos povos indígenas diferentes habitam o Brasil atualmente?
- 2. Segundo o IBGE o Brasil é habitado por 305 povos indígena, mas esse número já foi muito maior. Em que período a população mais decresceu?
- 3. Por que a população indígena brasileira decresceu?
- 4. Que documento é importante para a garantia dos direitos indígenas? O que fica previsto neste documento?
- 5. Quem são os povos indígenas?
- 6. Qual foi a conseguência da chegada dos colonizadores europeus para os povos indígenas?
- 7. Qual era a visão dos europeus sobre os povos indígenas?
- 8. Qual foi a ação dos europeus contra os indígenas, já que os consideravam inferiores?
- 9. Quando aconteceu o fim da escravidão indígena no Brasil? Qual foi a lei e o que determinava?
- 10. Qual era a contrapartida da lei do Diretório dos índios?
- 11. No período imperial (1822-1889) do Brasil, foi estabelecido o Regulamento das Missões. O que foi estabelecido por esta legislação?
- 12. Qual era a intenção dos europeus com os novos modos de lidar com os indígenas através das missões?
- 13. Os indígenas não possuíam seus direitos fundamentais reconhecidos, e, por isso, precisavam ser catequizados e educados. Como eram vistos pelos colonizadores?
- 14. Em 1910, após a <u>proclamação da República</u> em 1889, foi instituído no país o Serviço de Proteção ao Índio. Qual foi a importância deste órgão?
- 15. Qual era o objetivo do Serviço de Proteção ao Índio?
- 16. Por que a Constituição de 1934 foi importante para a população indígena?
- 17. O que ficou estabelecido pela Constituição de 1967 sobre o direito indígena?
- 18. No período da Ditadura Militar o Serviço de Proteção ao Índio foi substituído por outro órgão. Qual?
- 19. A FUNAI continua até hoje como o principal órgão indigenista. Qual é a função da FUNAI?
- 20. Em 1973 foi elaborado e aprovado o <u>Estatuto do Índio</u>, Por que se diz que este estatuto representa o maior avanço nos direitos indígenas até então?
- 21. O Estatuto do Índio também dispõe sobre o dever do <u>Estado</u>. Segundo esta lei, qual era o papel do Estado quanto à população indígena?
- 22. A <u>Constituição Federal de 1988</u>, que trouxe uma série de inovações ao tratamento da questão indígena no país. Foi a primeira Constituição do Brasil a dedicar um capítulo específico (<u>Capítulo VIII</u>) à proteção dos direitos indígenas. Uma das inovações foi justamente o rompimento com a tradição secular de compreender os indígenas como uma categoria social que deveria ser incorporada à comunhão nacional. Por que este rompimento de integração do índio à comunhão nacional foi importante?
- 23. Outra inovação jurídica possibilitada pela Constituição de 1988 foi o reconhecimento dos direitos indígenas sobre as suas terras como direitos originários. O que ficou certificado com isso?
- 24. A Constituição de 1988 garante aos indígenas a sua capacidade processual (capacidade de ser autor ou réu e exercer seus direitos em uma relação jurídica processual), por meio do <u>artigo 232</u>. O artigo expressa que comunidades e organizações indígenas são legítimas para entrar em juízo na defesa dos seus direitos. O que significa isso?
- 25. Quais foram os direitos fundamentais garantidos aos indígenas pela Constituição de 1988?
- 26. Quem teve um papel fundamental na elaboração e redação do texto constituinte de 1988 referente aos direitos indígenas?







28. Qual a intenção da imagem acima?





- 1. o Brasil é habitado por 305 povos indígenas, representando quase 900 mil indígenas no território nacional.
- 2, entre os anos de 1500 e 1970 a população indígena brasileira decresceu de maneira acentuada.
- 3. Em grande parte isso ocorreu devido aos direitos indígenas serem ou inexistentes ou ineficazes na proteção desses povos.
- 4. <u>Constituição Federal de 1988</u>, prevendo o respeito aos povos indígenas e à sua organização social, cultural, língua, crenças e tradições.
- 5. Quando falamos sobre povos indígenas, estamos falando sobre os povos nativos da nossa terra, que habitavam o território nacional antes do processo de colonização europeia iniciar.
- 6. Com a chegada dos colonizadores, no século XVI, esses povos nativos tiveram os seus recursos explorados e foram utilizados como mão de obra escrava em um processo civilizatório violento.
- 7. Os colonizadores viam os indígenas como povos primitivos e exóticos, que deveriam ser educados aos moldes da vida europeia.
- 8. Fizeram uma imposição cultural e uma dominação sobre esse grupo étnico-racial, que sofreu com a <u>escravidão</u> e a exploração por quase todo o período colonial (1500-1822) do país.
- 9. O fim da escravidão indígena no país ocorreu com o estabelecimento do Diretório dos Índios, que entrou em vigor em 1757 (diferente dos negros, que tiveram sua libertação formal decretada apenas em 1888). A lei determinava a liberdade dos indígenas em todo o território dominado por Portugal.
- 10. Estabelecia medidas específicas que visavam forçar a integração dos indígenas na vida da colônia, a partir do modelo de vida europeu.
- 11. A legislação previa ações e medidas para a fundação de aldeias indígenas e missões com o objetivo de catequizar e civilizar esses povos.
- 12. Visavam, de maneira geral, forçar a sua inserção na sociedade colonial brasileira, por meio da negação de seus costumes e cultura, da ocupação das suas terras e da transformação dos seus povos em trabalhadores que pudessem servir ao Império.
- 13. Eram vistos como ignorantes e ingênuos pelos europeus.
- 14. Tratava-se de um órgão público que foi importante porque que marcou o início da responsabilização do Estado brasileiro com a questão indígena.
- 15. Possuía como objetivo proteger a população indígena do país, por meio de políticas que ficaram conhecidas como políticas indigenistas.
- 16. Porque novos direitos indígenas foram previstos. Foi a primeira Constituição a reconhecer aos indígenas o respeito à posse das terras permanentemente ocupadas por eles. Assegurando que essas terras não poderiam ser alienadas, ou seja, transferidas, vendidas ou cedidas de qualquer forma.
- 17. Estabeleceu que as terras ocupadas por indígenas integravam o patrimônio da União. Sendo que apenas os indígenas que ocupavam a terra poderiam fazer uso dela, seja para habitar, plantar, colher, etc.
- 18. Pela Fundação Nacional do Índio (Funai).
- 19. É responsável pela proteção dos povos indígenas e na promoção dos seus direitos em todo o território nacional.
- 20 Porque o Estatuto foi a primeira lei a defender, logo em seu artigo 1º, a preservação da cultura das comunidades indígenas.
- 21. Integrar os indígenas à comunhão nacional.
- 22. Porque fica garantido aos indígenas o seu direito de manter e preservar a sua própria cultura, costumes, língua, crenças e tradições.
- 23. Certifica o fato histórico de que o pertencimento das terras aos povos indígenas é anterior à criação do próprio Estado brasileiro, assumindo-os como os primeiros ocupantes do Brasil.
- 24. Isso significa que os indígenas podem processar judicialmente qualquer pessoa ou ente, inclusive o próprio Estado brasileiro.
- 25. Direito à educação, à saúde, ao trabalho, à liberdade, à igualdade, aos direitos sociais, entre outros.
- 26. Essas conquistas foram fruto da luta do Movimento Indígena do Brasil.
- 27. mostra a exploração da terra indígena e que se lutam pelo direito, muitos são assassinados.
- 28. Mostrar que os direitos indígenas são lei e estão na constituição brasileira que é a lei máxima de um país.
- 29. O pertencimento das terras aos povos indígenas é anterior à criação do próprio Estado brasileiro, assumindo-os como os primeiros ocupantes do Brasil.
- 30. Porque para esta lei, os povos indígenas só têm direito as terras que estavam ocupando no dia 05 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal.